

DE AUSCHWITZ AO CARANDIRU: AS HISTÓRIAS DA PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE DOR

HELENA AMARAL GUEDES¹; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES²

¹Universidade Federal de Pelotas – helenaamaralgedes@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – julianeserres@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio vem sendo ampliado conforme a passagem do tempo, com isso, foram geradas novas maneiras de proteção e reconhecimento de espaços considerados patrimoniais. Por outro lado, ao longo da história, contemporaneamente são diversas as demonstrações de momentos em que os direitos humanos foram desrespeitados, essas memórias ainda ferem alguns grupos da sociedade atual, e por isso a preservação é necessária.

Nesse contexto, PIERRE NORA (1993) define que a memória “é a vida, suscetível ao esquecimento e em permanente evolução”; já a história “pertence a todos e a ninguém”, ele configura também como “a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9). O autor também cita que os lugares de memória

Nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários [...] porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 13)

Entende-se então a importância da preservação desses bens, visto que carregam as histórias de eventos traumáticos para determinada parcela da sociedade. Para tanto, a memória é fundamental na discussão, pois, para NORA os lugares de memória devem dispor de três sentidos, são eles: material, simbólico e funcional (1993, p. 21) e esses coexistem sempre (1993, p. 22).

A patrimonialização dos lugares de sofrimento, tem também uma função didática, provocando o visitante ou espectador à reflexão quanto àquele episódio da história. Também é importante destacar a finalidade da reparação para uma comunidade ou para a humanidade, para que não se perca com o tempo.

Este trabalho tem como objetivo abordar questões referentes ao reconhecimento dos lugares de dor, quando eles passam a ser espaços de memória, e a importância da patrimonialização e musealização deles para que as novas gerações conheçam as histórias de sofrimento, reforçando a lembrança para que isso nunca mais aconteça.

2. METODOLOGIA

Dentre esses espaços que permitem refletir sobre as histórias de sofrimento, encontram-se, principalmente, os campos de concentração, hospitais, prisões, lugares de tragédia. Eventos que colocam a questão do lembrar e do

esquecer. A patrimonialização vem para marcar esses lugares, reconhecer as histórias além de ter também uma função pedagógica, tendo em vista mostrar à sociedade esses crimes, como uma forma de nunca mais repetir esses erros.

Nesse sentido, foram eleitos três lugares para a discussão neste trabalho, primeiramente, o campo de concentração de Auschwitz, em seguida, os lugares de encarceramento e tortura durante o período da ditadura militar de 1964 a 1985 no Brasil, e por fim, a Casa de Detenção de São Paulo, conhecida pelo evento do massacre do Carandiru.

Então, o trabalho foi elaborado a partir de análises em fontes bibliográficas que possibilitaram dividir os exemplos a serem destacados nesta categoria patrimonial, assim como, compreender como se deu a patrimonialização desses espaços.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo de concentração e extermínio de Auschwitz, localizado no sul da Polônia foi o mais letal da Segunda Guerra Mundial, ele funcionou entre os anos de 1940 e 1945. Estima-se que somente nesse campo, mais de 1,3 milhões de pessoas perderam suas vidas por causas variadas, como fome, frio e envenenamento em câmaras de gás. Entre os prisioneiros de Auschwitz estavam principalmente os judeus, todavia compunham também as listas de assassinatos: testemunhas de Jeová, ciganos, homossexuais, pessoas com doenças mentais e físicos, negros, e também aqueles que não concordavam com o regime ditatorial da extrema direita, vigente naquele período (MAGALHÃES, 2001).

Com o fim da Guerra, no momento em que o campo foi libertado, em 1945, todos os objetos que estavam ali foram reunidos e passaram a compor o Museu de Auschwitz-Birkenau, fundado no ano de 1947. O acervo é composto dos chamados “objetos testemunhos” que consistem em materiais humanos como as próteses dentárias, cabelos, ossos e restos de pele dos prisioneiros; alguns pertences que lhes eram tirados na entrada do campo, como bengalas, óculos, malas e roupas. Esses itens são preservados porque auxiliam no modo de contar a história. Reconhecendo os diversos crimes cometidos contra a humanidade, em 1979, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), reconheceu o campo de concentração de Auschwitz como Patrimônio da Humanidade (NEVES, 2020, p. 155), tendo em vista a demonstração dos horrores que ocorreram naquele espaço, garantindo a transmissão das memórias, histórias e das vítimas.

Na segunda metade do século XX a América Latina experimentou ditaduras militares, sob o argumento de impedirem o estabelecimento do comunismo (FICO, 2004). Dentre os locais onde houve ditaduras estão: o Brasil, de 1964 a 1985; a Argentina, de 1966 a 1973; o Uruguai, de 1973 a 1985; e o Chile, de 1973 a 1990.

O período de exceção no Brasil é instituído no ano de 1964 através de um golpe militar apoiado por setores da sociedade civil que depôs o então Presidente da República João Goulart. Durante a ditadura ocorreram diversas privações de direitos básicos dos brasileiros. A partir da instituição do AI-5¹, iniciou-se uma caçada indiscriminada àqueles que se opunham ao governo, esses eram

¹Ato Institucional número 5, de 13 de dezembro de 1968, durante o governo do General Costa e Silva, tinha como medidas: o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão dos direitos políticos e das garantias individualizadas, incluindo a suspensão de Habeas Corpus.

sequestrados, presos, torturados em departamentos de polícia, muitos foram assassinados e enterrados em valas comuns, sem nem ao menos proporcionar às famílias um despedida digna.

Dentre os espaços de tortura e as prisões utilizadas nesse período, ficaram mais conhecidos o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna), de São Paulo, onde foram mortas pelo menos cinquenta pessoas nas dependências e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro. O saldo final da ditadura brasileira, conforme relatório da Comissão Nacional da Verdade publicado em 2014, constatou um total de 210 desaparecidos, 191 mortos e 33 corpos localizados.

O processo de patrimonialização do prédio do DOI-CODI de São Paulo partiu da iniciativa do ex-preso político Ivan Seixas, na época presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana. A solicitação foi feita junto ao CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) no dia 1 de junho de 2012 (GUZZO DE DECCA, 1985, p. 54), foi reconhecido como patrimônio pelas características de carregar uma difícil simbologia política e pelo apelo estético particular.

Escolheu-se também destacar o prédio do DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo), que hoje abriga o Memorial da Resistência. O prédio foi reconhecido pelo estado de São Paulo no ano de 1999 e é “o primeiro e único museu dedicado ao debate das diversas formas de resistência civil no período republicano contra as forças repressivas do Estado” (NEVES, 2020, p. 156-157). A exposição é dividida em quatro das antigas celas utilizadas no período da repressão. A primeira conta sobre o processo de reconstrução do memorial, a segunda, possui recurso de vídeo com uma homenagem aos mortos e desaparecidos, na terceira, apresenta-se uma reconstituição do espaço carcerário e a última, expõe relatos em áudio dos ex-prisioneiros (GUMIERI, 2012).

Para finalizar, em 1992, o Carandiru era o maior presídio da América Latina, abrigava 8.200 presos, sendo que sua capacidade era limitada a 6.000. O massacre do Carandiru foi uma ação dos policiais após uma rebelião dos detentos, no dia 2 de outubro de 1992. Quando, durante uma rebelião, forças policiais invadiram o pavilhão 9 da Casa de Detenção, os policiais só se retiraram 11 horas depois, quando já haviam 111 detentos mortos a sangue frio, além de 108 feridos. Os sobreviventes foram obrigados a se despir para passarem no corredor polonês, onde foram espancados pelas forças policiais (ANISTIA INTERNACIONAL, 1999, p. 10).

Devido o trauma dos acontecimentos nesse espaço, os pavilhões 6, 8 e 9 foram implodidos em 2002; o resto do complexo foi destinado a atividades de educação e cultura e hoje tem instalada a ETEC (Escola Técnica) Parque da Juventude. Na tentativa de ressignificar as memórias construídas sobre o Carandiru, o poder público organizou um “espaço memória” no piso térreo da antiga enfermaria. A expografia ressalta o cotidiano dos detentos, a partir de fotografias, utensílios fabricados pelos apenados, pinturas e desenhos.

4. CONCLUSÕES

No decorrer deste trabalho, foi possível fazer uma análise quanto aos processos de patrimonialização já experimentados sobre os espaços de dor ao longo da história, com ocorrências de violações dos direitos humanos, desde a Segunda Guerra, até a atualidade. A patrimonialização e preservação desses

espaços é essencial para que a memória seja transmitida para as novas gerações, para que isso nunca mais aconteça.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Aqui ninguém dorme sossegado**: violações dos direitos humanos contra detentos. Porto Alegre: Anistia Internacional, 1999.
- FICO, C.; ARAUJO, M. P. N.; FERREIRA, M. D. M.. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. 1ª edição. 2008.
- GUMIERI, J. O Memorial da Resistência de São Paulo: reparação simbólica e ações preservacionistas. **Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.54, p.01-11.
- GUZZO DE DECCA, M. A. Parecer Histórico - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. In: CONDEPHAAT. Processo 23384/85, São Paulo, 1985, p.31-59.
- ANAIS DO XXI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH - SP - Campinas, setembro, 2012.
- MAGALHÃES, M. B. Campo de concentração: experiência limite. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 35, p. 61-79, 2001. Editora da UFPR. Disponível em . Acesso em: 10 de julho de 2022.
- MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Exposição. São Paulo. Acessado em 22 ago. 2022. Online. Disponível em: <http://memorialdaresistenciasp.org.br/exposicoes/longa-duracao/>
- MENEGUELLO, C.. Patrimônios difíceis (sombrios). In: CARVALHO, A; MENEGUELLO, C. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Editora Unicamp, 2020. Cap.32, p.245-248.
- NEVES, D. R. L. Patrimônio da ditadura. In: CARVALHO, A; MENEGUELLO, C. **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Editora Unicamp, 2020. Cap.11, p.155-158.
- NORA, P. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº10. 1993.